

BOLSAS		BOVESPA	GLOBAL 40	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na quinta-feira (em %)		Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	Título da dívida externa brasileira na quinta-feira	Quinta-feira (em R\$)	Turismo, venda (em R\$) na quinta-feira	Na BM&F o grama (em R\$)	Prefeço, 30 dias (em % ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
-3,37% São Paulo		36.361	US\$ 1,163 (▼ 01,86%)	29/outubro 2,14 31/outubro 2,15 03/outubro 2,16 04/outubro 2,11 05/outubro 2,11	R\$ 2,801 (▲ 1,63%)	R\$ 53,00 (▼ 1,85%)	13,68%	Maio/2008 0,79 Junho/2008 0,74 Julho/2008 0,53 Agosto/2008 0,28 Setembro/2008 0,26

## BOLHA GLOBAL

Governo lança medidas de ajuda ao setor produtivo. Prazo para empresas pagarem impostos é ampliado, o que vai liberar R\$ 21 bilhões, e bancos públicos criam novas linhas de crédito de R\$ 19 bilhões

# Pacote de R\$ 40 bi

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O governo começou ontem uma segunda fase do combate aos efeitos da crise internacional no país. Além das intervenções do Banco Central (BC) no mercado para conter a disparada do dólar e aumentar os recursos disponíveis ao crédito, a equipe econômica aposta agora na política tributária. Evitando a palavra "pacote", o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou ontem um conjunto de cinco medidas, no valor total de R\$ 40 bilhões, para ajudar as empresas produtivas a superar as turbulências atuais. A principal decisão foi a de prorrogar o prazo de pagamento de impostos.

Desde o início da crise, com a redução do dinheiro em circulação na economia, aumentaram os pedidos de representantes das empresas para que o governo adiasse a data final de recolhimento dos tributos. A idéia, verbalizada principalmente pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro (PTB-PE), é dar mais fôlego financeiro para as companhias. Com mais dinheiro em caixa, precisariam recorrer menos a empréstimos dos bancos. Mesmo resistente à medida, por temer redução no fluxo de receitas e eventual prejuízo para o fechamento das contas públicas, Mantega acabou concordando.

"A prorrogação vai significar um alívio para as empresas. Elas terão mais 10 dias para pagar um montante de R\$ 21 bilhões em impostos. Isso é importante neste momento", justificou o ministro na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. No caso do PIS e da Cofins, o período aumentou em cinco dias (veja quadro). Embora tenha elogiado o governo, Armando Monteiro pediu 10 dias extras também para essas contribuições. "O repertório é adequado e vem sendo tomado de forma temporária. Mas o pagamento do PIS/Cofins deveria ser no último dia do mês", reclamou.

### Devolução

Mantega prometeu estudar a reivindicação, mas disse que ela pode "embolar" o recolhimento de vários tributos no fim do mês, o que traria dificuldades para as empresas. Segundo o ministro, o governo não pode transferir o recolhimento dos tributos de um mês para outro porque isso criaria um rombo nas contas públicas no fim do ano, impedindo o cumprimento das metas fiscais. A Fazenda vai ainda acelerar a devolução dos créditos a que as companhias têm direito ao comprar máquinas e equipamentos, por exemplo. Houve o anúncio, mas os detalhes ainda não são conhecidos.

Na reunião de ontem, os conselheiros foram informados de outras três medidas, todas voltadas para o aumento do crédito às empresas. A primeira é a linha do Banco do Brasil (BB) para os bancos das montadoras no valor de R\$ 4 bilhões. O objetivo é recuperar as vendas de automóveis, seriamente afetadas pela contração nos empréstimos. A segunda iniciativa é a oferta pelo

BB de R\$ 5 bilhões para o capital de giro de micro, pequenas e médias empresas. Na terceira, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) oferecerá R\$ 10 bilhões para as grandes companhias.

Ao encerrar o encontro do Conselho, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu que as decisões para aumentar os recursos disponíveis às empresas demoram a sair do papel. Por isso, determinou que BB e Caixa Econômica Federal (CEF) reduzam a burocracia na análise da concessão de empréstimos.

"Isso não é culpa de ninguém. A máquina está acostumada a trabalhar em tempos de normalidade. Mas estamos vivendo um tempo de anormalidade. Precisamos colocar um pouco mais de óleo para que ela trabalhe mais rapidamente", justificou.

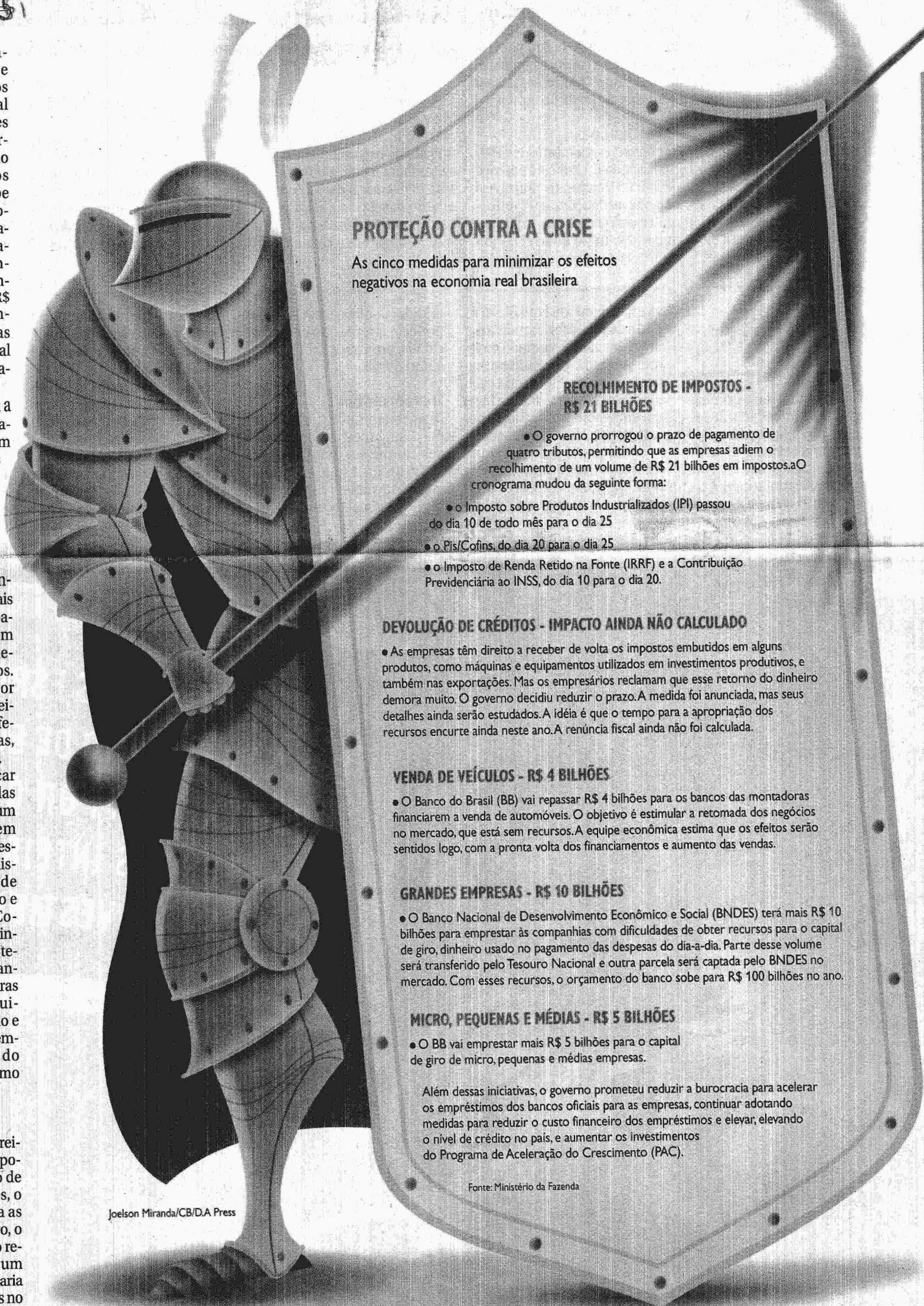
A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, prometeu reavaliar o volume total de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), encarado como importante instrumento para estimular a economia depois da crise. Hoje, ele prevê obras públicas e privadas em infra-estrutura no

valor de R\$ 504 bilhões. Mas o governo já incluiu outros projetos no pacote, como o trem de alta velocidade que vai ligar São Paulo a Rio de Janeiro e custará R\$ 18 bilhões. A ministra não informou quando fará o anúncio das novas obras prioritárias no plano de investimentos do governo.

Manifestando confiança de que o contágio pela onda que vem de fora será menor, Dilma aproveitou a reunião para fazer um ataque político ao governo Fernando Henrique Cardoso, que teria piorado os efeitos das crises ocorridas nos seus oito anos de mandato. "Os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) aumentaram os reflexos internos das crises, pois reduziram

os investimentos. Naquele momento, o governo era parte do problema. Hoje nós somos parte da solução", disse.

Na análise que fez para os conselheiros, Guido Mantega também manteve o tom positivo, baseado em projeções melhores do que as dos países desenvolvidos. Ele apostou num crescimento econômico de 5% neste ano, 4% no ano que vem e, de novo, 5% em 2010, quando Lula tentará eleger seu sucessor. Para o ministro, a fase mais aguda da crise financeira já passou. "Talvez já possamos ver uma luz no fim do túnel. Estamos torcendo para que não seja uma locomotiva em sentido contrário", brincou.



### PROTEÇÃO CONTRA A CRISE

As cinco medidas para minimizar os efeitos negativos na economia real brasileira

#### RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS - R\$ 21 BILHÕES

- O governo prorrogou o prazo de pagamento de quatro tributos, permitindo que as empresas adiem o recolhimento de um volume de R\$ 21 bilhões em impostos. O cronograma mudou da seguinte forma:
- o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passou de dia 10 de todo mês para o dia 25
- o PIS/Cofins, do dia 20 para o dia 25
- o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e a Contribuição Previdenciária ao INSS, do dia 10 para o dia 20.

#### DEVOLUÇÃO DE CRÉDITOS - IMPACTO AINDA NÃO CALCULADO

- As empresas têm direito a receber de volta os impostos embutidos em alguns produtos, como máquinas e equipamentos utilizados em investimentos produtivos, e também nas exportações. Mas os empresários reclamam que esse retorno do dinheiro demora muito. O governo decidiu reduzir o prazo. A medida foi anunciada, mas seus detalhes ainda serão estudados. A idéia é que o tempo para a apropriação dos recursos encurte ainda neste ano. A renúncia fiscal ainda não foi calculada.

#### VENDA DE VEÍCULOS - R\$ 4 BILHÕES

- O Banco do Brasil (BB) vai repassar R\$ 4 bilhões para os bancos das montadoras financiarem a venda de automóveis. O objetivo é estimular a retomada dos negócios no mercado, que está sem recursos. A equipe econômica estima que os efeitos serão sentidos logo, com a pronta volta dos financiamentos e aumento das vendas.

#### GRANDES EMPRESAS - R\$ 10 BILHÕES

- O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terá mais R\$ 10 bilhões para emprestar às companhias com dificuldades de obter recursos para o capital de giro, dinheiro usado no pagamento das despesas do dia-a-dia. Parte desse volume será transferido pelo Tesouro Nacional e outra parcela será captada pelo BNDES no mercado. Com esses recursos, o orçamento do banco sobe para R\$ 100 bilhões no ano.

#### MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS - R\$ 5 BILHÕES

- O BB vai emprestar mais R\$ 5 bilhões para o capital de giro de micro, pequenas e médias empresas.

Além dessas iniciativas, o governo prometeu reduzir a burocracia para acelerar os empréstimos dos bancos oficiais para as empresas, continuar adotando medidas para reduzir o custo financeiro dos empréstimos e elevar, elevando o nível de crédito no país, e aumentar os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Fonte: Ministério da Fazenda

Joelson Miranda/CB/D.A Press